

# MIGRANTES NO CRUZAMENTO DO MUNDO E OS SEUS FUTUROS IMAGINADOS

Helena Lopes

Na capital francesa, entre as duas guerras mundiais, viveram figuras como Nguyen Ai Quoc (futuro Ho Chi Minh), Zhou Enlai, Léopold Senghor, M. N. Roy, Ferhat Abbas, Messali Hadj ou Víctor Raúl Haya de la Torre. Talvez todos os associemos a ideias anti-imperialistas mas uma outra experiência os unia: a migração. Estas e outras personalidades protagonizam *Anti-Imperial Metropolis: Interwar Paris and the Seeds of Third World Nationalism*, livro do historiador Michael Goebel, professor na Freie Universität Berlin (Universidade Livre de Berlim) que abre uma nova série da Cambridge University Press dedicada à história global e internacional. Este primeiro tomo analisa a «transição de um mundo de impérios para um mundo de estados-nação à luz de uma história social de migração» (p. 279).

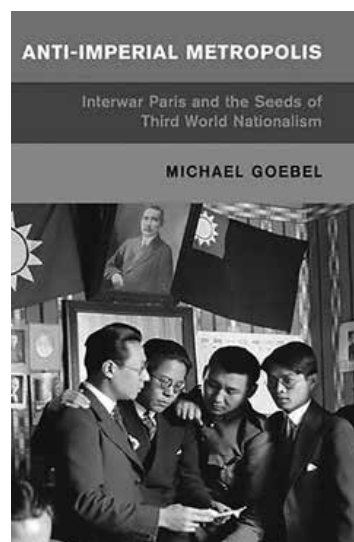
Embora o termo «Terceiro Mundo» seja normalmente atribuído a um artigo de 1952<sup>1</sup>, Goebel propõe um novo entendimento das suas raízes procurando mapear a difusão de ideias de solidariedade anti-imperialistas à escala global a partir do centro nevrálgico da capital francesa entre as duas guerras mundiais. Em particular, a obra coloca em destaque como «os próprios processos migratórios foram agentes decisivos na proliferação do nacionalismo

e estados-nação» (p. 280). Para tal, o livro revisita os percursos de uma série de influentes «empreendedores etnopolíticos» (*ethno-political entrepreneurs*)<sup>2</sup> que passaram por Paris no período considerado, mas atribuindo mais importância à sua experiência de migrantes e, em alguns casos, a de porta-vozes das suas comunidades na cidade, do que ao seu papel como intelectuais. De igual forma, aos contactos que estabeleceram entre eles é dada mais relevância do que ao restritivo binário

MICHAEL GOEBEL

## Anti-Imperial Metropolis: Interwar Paris and the Seeds of Third World Nationalism

Cambridge,  
Cambridge University Press,  
2015, 360 páginas



«colonizador-colonizado» (p. 7). Para o autor, é importante restaurar a dimensão social da história intelectual global:

«O nacionalismo anti-imperial no que veio a ser conhecido como o Terceiro Mundo não foi nem um transplante europeu nem uma reação caseira natural e profundamente enraizada contra a interferência estrangeira. Ao invés, foi através de contacto, redes e conectividade que os futuros nacionalistas do Terceiro Mundo sonharam uma ordem mundial pós-imperial» (p. 3).

A investigação assenta sobretudo numa série de fontes primárias, nomeadamente nos arquivos coloniais em Aix-en-Provence e nos da Prefeitura de Polícia de Paris (em particular os ramos de controlo de naturais das colónias<sup>3</sup>), bem como noutros arquivos na Europa e no continente americano, memórias, periódicos e até obras de ficção. No que se refere aos arquivos coloniais e de polícia, Goebel faz um uso crítico das fontes ao resgatar, das entrelinhas de um discurso redigido da perspectiva de um Estado imperialista, fragmentos de informação preciosa que permitem retratar o dia a dia de figuras que se opuseram ou desafiaram o controlo desse mesmo Estado.

A heterogeneidade das fontes serve uma análise multifocal. Talvez o mais impressionante neste livro seja precisamente o tratamento de tantas comunidades diversas, embora seja de notar que o autor beneficiou de condições de pesquisa favoráveis (desde o uso de novas tecnologias de leitura de materiais digitalizados ao

recurso, que ele admite, a assistentes e tradutores para as fontes em chinês).

*Anti-Imperial Metropolis* dialoga com a crescente produção de história global, colonial, imperial, da descolonização e de migrações, bem como com teorias de nacionalismos. O autor procura destacar a agência dos anti-imperialistas, fazendo recuar as origens das suas reivindicações ao período de entre guerras.

O próprio título remete para obras historiográficas recentes que mencionavam diferentes comunidades e a sua relação com o império em grandes metrópoles europeias<sup>4</sup>. Mas o autor vai além da análise de figuras integradas no império colonial francês e opta por uma abordagem multifacetada que inclui vários grupos cuja interação com o espaço que habitavam era enquadrada por uma ampla moldura institucional (cidadãos franceses, súbditos coloniais, estrangeiros). Nomes, mais conhecidos ou mais obscuros, de comunidades originárias de então colónias e protetorados franceses, como a Indochina, Madagáscar ou a Argélia, partilham protagonismo com membros de comunidades migrantes nas quais se desenvolveram também discursos críticos de imperialismos, como chineses (representados na capa do livro). Não se trata apenas de não ocidentais, pois são também referidos estudantes e intelectuais latino-americanos (o autor é especialista em América Latina<sup>5</sup>) e afro-americanos dos Estados Unidos.

Para Goebel, Paris foi a capital imperial de anti-imperialismos (e o plural é importante, porque nele cabiam não só imperialismos europeus como o japonês ou o

americano<sup>6</sup>) por excelência. A experiência dos migrantes na capital do império foi crucial pois tornava mais palpável «uma longa série de injustiças e inconsistências da ordem imperial» (p. 281), sobretudo para os súbditos do império francês. Dessa consciencialização se forjaram projetos para futuros alternativos.

### **ENCONTROS URBANOS**

O ponto de viragem para a presença significativa de africanos e asiáticos em França data da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), com a chegada de quase 750 mil soldados e trabalhadores (p. 24). No pós-guerra, novos fluxos migratórios trouxeram muitos outros trabalhadores e estudantes, não só da África e da Ásia como também da América Latina (incluindo Brasil). Em 1930, havia cerca de 100 mil não europeus residentes em Paris, representando mais de nove por cento da população, mais do que em qualquer outra cidade europeia. Os migrantes não europeus tinham estatutos sociais e jurídicos distintos. Por um lado, se os norte-africanos, sobretudo argelinos, eram na sua maioria trabalhadores pobres, por outro, os latino-americanos provinham principalmente da classe alta. No entanto, em ambas e entre ambas as comunidades a paisagem migratória era heterogénea e mutante ao longo do tempo.

Igualmente importante é o facto de Paris não ser um destino fixo mas um «lugar de trânsito», cruzamento entre redes globais. «A vasta maioria dos migrantes não europeus era constituída por residentes temporários, exilados ou expatriados» (p. 32). Esse carácter transitório criava óbvios pro-

blemas de controlo às autoridades, porque a circulação não era apenas de pessoas (e alguns dos informadores policiais tornaram-se anti-imperialistas) mas de ideias, por vezes difundidas em periódicos com ampla audiência internacional. Fontes policiais atestam essa difusão. Por exemplo, em 1926, em Argel, a polícia encontrou traduções vietnamitas de Lenine e Marx na posse de soldados e enfermeiros, que, por seu lado, tinham contactos com ativistas em Paris e com soldados vietnamitas na Concessão Francesa de Xangai (p. 34).

Os quatro primeiros capítulos do livro centram-se no estudo dos percursos de migração e no quotidiano dos não europeus em Paris, e reconhecem o papel dos «empreendedores etnopolíticos» na formação de comunidades, através de um processo que combinava «cultura popular» e «expectativas, atitudes e políticas da sociedade de acolhimento e do Estado francês», as quais conduziram a uma «politização da etnicidade» (p. 18). Espaços de sociabilização típicos de comunidades migrantes foram cruciais para moldar solidariedades. Se membros de comunidades da mesma origem tendiam a concentrar-se nas mesmas áreas residenciais, outros locais e atividades congregaram membros geograficamente dispersos. Por exemplo, a culinária «ajudou a firmar a identidade vietnamita-parisiense» (p. 70), graças à constituição de associações profissionais ou à abertura de restaurantes. Estes últimos atraíam não só trabalhadores mas também clientes abastados, alguns deles advogados, que poderiam oferecer créditos ou ajudar na resolução de disputas com senhorios e autoridades (p. 73).

Os restaurantes chineses, por exemplo, tornaram-se pontos de encontro para a comunidade e bases para ativistas, tanto do Guomindang (Partido Nacionalista) como do Partido Comunista Chinês. Um desses restaurantes, propriedade de um militante do Guomindang, contava entre os seus clientes anticolonialistas africanos e antilhanos e líderes do Partido Independente Anamita (p. 116). Também os «cafés mouros» (*cafés maures*), onde se reuniam argelinos muçulmanos, funcionavam como espaços privilegiados para propagar a mensagem da Étoile Nord-Africaine, antecedente pacífico da Frente de Libertação Nacional.

A música e artes performativas foram, de igual modo, importantes na interação das comunidades. O autor argumenta que, por exemplo, tiveram um papel de relevo para diluir as divisões que dificultavam o estabelecimento de uma comunidade negra unificada. A *vague noir* artística propiciou florescimento do «pan-africanismo», e não só, influenciando mesmo «a apreciação de estilos afro-brasileiros na América Latina, ajudando a elevar o samba de um género malvisto pelas elites brasileiras a um símbolo primordial de identidade nacional» (p. 82).

Vivências quotidianas colocavam em evidência práticas discriminatórias várias. Isso manifestava-se, em particular, nas reações face às relações mistas (Goebel nota que muitos líderes de movimentos anticoloniais eram casados com mulheres francesas), e no campo dos direitos laborais. «Operários fabris das colónias recebiam habitualmente 40% menos do que franceses que fizessem o mesmo trabalho»

(p. 102), e os abonos de família introduzidos na legislação em 1932 excluía os naturais das colónias ou da Argélia Francesa – «contradizendo virtualmente todas as outras leis que a consideravam uma parte integral da França» (p. 104) –, classificados para o efeito como sendo de «países estrangeiros». Uma fonte de ressentimento era a recusa, por parte do Estado francês, de conceder aos colonizados «os mesmos direitos que reservava aos cidadãos franceses, apesar de cumprirem um dos deveres clássicos de cidadania» (p. 108): o serviço militar.

Sociedades de assistência mútua, típicas de um contexto migrante, ocuparam o vazio estatal, e a capacidade mobilizadora que tinham no espaço metropolitano abriu caminho a que as necessidades quotidianas dos seus membros «fossem ligadas a questões políticas mais vastas de colonialismo e imperialismo» (p. 115). As suas atividades permitiam a cada comunidade observar as práticas das outras, muitas vezes vistas como modelos a seguir. Por exemplo, numa das reuniões organizadas por Xia Ting, delegado do Guomindang para a Sociedade das Nações, louvando Sun Yat-sen (o «pai» da República da China), estavam 500 anamitas, 300 argelinos, o líder sul-africano Josiah Tshangana Gumede e o tunisino Chadly Khairallah (p. 134), que pouco depois fundaria a Associação de Estudantes Muçulmanos Norte-Africanos. Se, no livro, Sun Yat-sen emerge como um líder carismático para muitos, e não apenas chineses, Ho Chi Minh é um verdadeiro exemplo de revolucionário cosmopolita de alcance transnacional. Isso era evidente na sua vida

parisiense: «falava com ativistas irlandeses, chineses e coreanos quase diariamente, lia as suas publicações e assistia às suas reuniões a fim de obter apoios para causa própria» (p. 283).

A convergência anti-imperialista em Paris teve momentos altos. O quinto capítulo, que aborda o impacto da Conferência de Paz de Paris (1919) – designadamente a retórica wilsoniana de autodeterminação –, a Guerra do Rif em Marrocos (1921) e a Guerra Italo-Etíope (1935-1936), realça os laços entre o anticolonialismo que germinava em Paris e a reação a grandes acontecimentos internacionais.

Uma das conclusões do livro é a de que muitas figuras proeminentes dos meios políticos e intelectuais dos seus próprios países no período pós-colonial politizaram-se durante a sua estada no centro imperial, não antes. Através de comparações e extrapolações entre pessoas de origens diferentes lá residentes, «fissuras, discrepâncias e ruturas fizeram a ordem imperial parecer menos natural, o que levou a que o *statu quo* das relações de poder globais fosse profundamente questionado» (pp. 9-10).

### **COMUNISMO E REPUBLICANISMO**

Transversal a boa parte do livro, mas analisado em detalhe no sexto capítulo, está o papel do Partido Comunista Francês (PCF) e do Comintern (Internacional Comunista) como facilitadores do intercâmbio intelectual entre os «empreendedores etnopolíticos». O autor afirma a «importância do comunismo global como gerador de ligações transnacionais» (p. 285), chamando a atenção para esse papel

num período anterior ao do mais estudado pós-Segunda Guerra. No entanto, considera crucial a ação dinamizadora de súbditos coloniais em instituições ligadas ao PCF em Paris e fora da França. Em primeiro lugar, a União Intercolonial, fundada em 1921 por iniciativa de súbditos coloniais, e onde antilhanos, vietnamitas e argelinos desempenharam papéis preponderantes (embora as relações fossem marcadas por animosidades étnicas e objetivos políticos diferentes). O autor destaca também a Liga contra o Imperialismo<sup>7</sup> cuja Conferência de Bruxelas de 1927 foi um fórum privilegiado para a internacionalização de figuras e de movimentos anti-imperialistas (não necessariamente só comunistas), que se começaram a afirmar como partidos nacionalistas.

Em paralelo a, ou derivados destes fóruns, formaram-se outras associações onde conviveram ativistas de diversas nacionalidades: da *Étoile Nord-Africaine* que começou por congregar argelinos, marroquinos e tunisinos, à Associação para o Estudo das Civilizações Orientais, uma criação de Xia Ting, que incluía vietnamitas, indianos, coreanos, turcos e sírios, e ainda Arnold Mononutu, estudante indonésio que viria a ser ministro em Pequim e um dos organizadores da Conferência de Bandung, e o nacionalista indiano goês Tristão de Bragança Cunha (que o autor grafá erradamente como «Cuntra Tristão Bragança»). Se os escritos de Lenine lhes forneceram uma influente teoria do imperialismo, e se patrocínios comunistas foram determinantes para o aparecimento de plataformas de encontro e diálogo entre ativistas de diferentes origens, foi igualmente fulcral,

segundo Michael Goebel, a influência dos ideais republicanos franceses. Para o autor, a cultura política republicana francesa tornou-se numa língua franca para os anti-imperialistas em Paris, que dela se apropriaram para os seus objetivos. A experiência de vida parisiense reforçava a «não correspondência entre ideais republicanos e práticas coloniais» (p. 217) e «numerosos imperialistas autorretrataram-se como seguidores tardios dos ideais da República Francesa há muito abandonados pelos países imperiais» (p. 219).

O oitavo capítulo procura demonstrar como todas as ideias políticas exploradas na obra se podem encarar como parte de nacionalismos, mesmo quando não correspondentes na altura a estados-nação com a forma com que, anos depois, viriam a ser reconhecidos. Para Goebel, todos os anti-imperialismos de entre guerras eram necessariamente nacionalistas, quer na sua variante independentista e revolucionária, reformista, quer pan-nacionalista, de esquerda ou de direita.

### **CONCLUSÃO**

*Anti-Imperial Metropolis* argumenta, de modo convincente, sobre a relevância da história social de migrações para compreender desenvolvimentos intelectuais e políticos de nacionalismos anti-imperialistas, a partir do fascinante estudo de caso de Paris entre guerras, período de análise que sustenta a visão do autor de «repensar a periodização da descolonização» (p. 288). Menos eficaz é a escolha das expressões «Terceiro Mundo» ou «Sul Global», empre-

gues no título e/ou ao longo do livro e que carecem de uma maior contextualização filológica e histórica. Embora a obra esteja organizada tematicamente, é também notória a pouca atenção dada à cronologia, o que, por vezes, dificulta a leitura.

Se já existiam estudos sobre os percursos políticos de algumas figuras de proa abordadas neste livro ou sobre a presença de comunidades específicas no período aqui considerado (por exemplo, o trabalho de Marilyn A. Levine sobre os comunistas chineses na Europa dos anos 1920<sup>8</sup>), esta análise das muitas interações entre membros de tão diversas origens (geográfica mas também religiosa, política e socioeconómica) proporciona uma leitura mais abrangente do que as que se limitam a casos regionais ou nacionais.

Se *Anti-Imperial Metropolis* complementa essa historiografia, abre também interessantes possibilidades para trabalhos futuros. Uma dimensão apenas tenuamente aflorada mas que tem enorme potencial é uma análise comparativa entre as experiências anti-imperialistas destes migrantes em Paris e outras análogas em metrópoles europeias coevas, como Londres ou Berlim. Em suma, *Anti-Imperial Metropolis* – que conta ainda com uma série de fotografias excelentes, notas de rodapé minuciosas e um apêndice biográfico muito útil – é um contributo importante para uma dimensão transnacional dos nacionalismos anti-imperialistas. É também uma abordagem muito estimulante da história das migrações na Europa, com curiosos ecos para debates em curso nos nossos dias. **RI**

## NOTAS

**1** SAUVY, Alfred – «Trois mondes, une planète». In *L'Observateur*. N.º 118, 14 de agosto de 1952, p. 14. O artigo é mencionado em *Anti-Imperial Metropolis* apenas na Conclusão (p. 279).

**2** Termo cunhado pelo sociólogo americano Rogers Brubaker.

**3** CAI – Service de Contrôle et d'Assistance en France aux Indigènes des Colonies [Serviço de Controlo e Assistência dos Nativos das Colónias em França] e SAINA – Service des Affaires Indigènes Nord-Africaines [Serviço para os Assuntos Nativos Norte-Africanos].

**4** SCHNEER, Jonathan – *London 1900: The Imperial Metropolis*. New Haven / Londres: Yale University Press, 1999; BOITTIN, Jennifer Anne – *Colonial Metropolis: The Urban Grounds of Anti-imperialism and Feminism in Interwar Paris*. Lincoln: University of Nebraska Press, 2010.

**5** Michael Goebel é autor e editor de obras sobre história da Argentina e de migrações na América Latina, nomeadamente: *Argentina's Partisan Past: Nationalism and the Politics of History* (Liverpool: Liverpool University Press, 2011), e *Overlapping Geographies of Belonging: Migrations, Regions, and Nations in the Western South Atlantic* (Washington DC: American Historical Association, 2013); FOOTE, Nicola, e GOEBEL, Michael (eds.) – *Immigration and National Identities in Latin America*. Gainesville: University Press of Florida, 2014.

**6** Em particular, vários latino-americanos mencionados no livro que se enquadravam sobretudo num anti-imperialismo de direita associavam o termo «imperialismo» a políticas dos Estados Unidos às quais contrapunham visões mais favoráveis da França. Como observou Odd Arne Westad: «Para muitos latino-americanos, resistência contra o Gigante do

Norte ganhou a forma de anticolonialismo, apesar da falta de um império formal para resistir» (WESTAD, Odd Arne – *The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of Our Times*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 78).

**7** League against Imperialism, ou, em francês, Ligue contre l'impérialisme et l'oppression coloniale.

**8** LEVINE, Marilyn A. – *The Found Generation: Chinese Communists in Europe during the Twenties*. Seattle / Londres: University of Washington Press, 1993.